

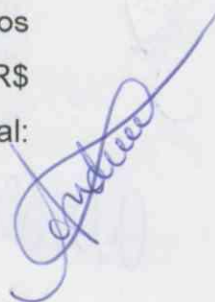


ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO IPREVI –
19/05/2021.

Na data de dezenove de maio de dois mil e vinte e um, às onze horas, deu-se início a 5ª (quinta), Reunião Ordinária deste Conselho Fiscal, realizada via aplicativo de chamada de vídeo, convocados através da Carta/CF/005/2021 em atendimento aos dispostos normativos e legais. Neste ato estiveram presentes os seguintes servidores: Alessandra Arantes Marques, Anderson Antônio Rocha da Silva, Andrea da Silva Lima, Dalva Pinheiro de Lima, Isaltina Cássia da Silva Alvim Dias, Jesuel Ferreira de Sá, Juliana de Melo Rosa e Rosemary Pereira Gonçalves. A reunião apresentou como pauta os seguintes assuntos: a) Apresentação do Relatório Mensal de Investimentos – Mês: Abril/2021; b) Apresentação do Demonstrativo dos Recursos Aplicados pelo IPREVI - competência: Abril/2021; c) Apresentação, análise e aprovação do Relatório Mensal do Controle Interno – Mês: Abril/2021; d) Apresentação do Relatório Simplificado de Gestão - Competência: Abril/2021; e) Apresentação do Relatório das contribuições previdenciárias devidas e repassadas - competências: Abril/2021; f) Apresentação do Relatório de acompanhamento dos termos de parcelamentos e Plano de Amortização do Déficit Previdenciário; g) Apresentação do relatório de pensões e aposentadorias concedidas no mês de Abril/2021; h) Apresentação do Relatório das compensações previdenciárias; i) Apresentação, análise e aprovação do balancete da competência do mês de Abril/2021. Apesar de não constar expressamente na carta de convocação, foram apresentados também Relatório de avaliação atuarial data-base: 31.12.2021 e as Propostas para elaboração do PPA – Plano Plurianual para os exercícios 2022-2025. A Diretora Presidente, Alessandra Arantes Marques, iniciou a reunião agradecendo a presença de todos, e passou a palavra para o atuário José Guilherme Fardin, responsável pela elaboração do cálculo da avaliação atuarial data-base: 31.12.2021. O atuário explanou sobre o Cálculo do Risco, Importância da Avaliação Atuarial, BRASIL: pirâmides etárias, Sistema de Seguridade Social, Modelo Público e Privado, Fundamentação Atuarial nos Fundos de Previdência, Exigências para Avaliação Atuarial, Benefícios, Base de Dados, Tipos de Planos, Regimes

Financeiros, Premissas Atuariais, Fluxo Previdenciário, Passivos Atuariais, Distribuição do Custeio, Custeio do RPPS, Custeio Suplementar do RPPS, Segregação de Massas, Analogia Hidráulica do Fluxo Financeiro – ALM, Equação de Equilíbrio Actuarial. Explanou ainda que foi apurado no município de Itatiaia, um déficit actuarial de R\$ 137.685.653,28 (cento e trinta e sete milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta e três reais e vinte e oito centavos), para equacionamento do déficit actuarial foi proposta a instituição de alíquota suplementar de 14,42% (catorze vírgula quarenta e dois por cento) sobre a mesma base previdenciária que incide o desconto da contribuição previdenciária patronal. O município vem apresentando déficit actuarial nas avaliações de 2018, 2019 e permaneceu inerte, mesmo sendo oficiado várias vezes pelo Instituto, no sentido de tomar as providências cabíveis, no entanto, sem êxito. Com a instituição da alíquota proposta, a Lei Municipal n.º 936/2018 será revogada. A Diretora Presidente apresentou a minuta da instituição da alíquota suplementar proposta, e relatou sobre a reunião que teve com o Secretário de Finanças – Renato Viegas, e sobre a necessidade da implantação do censo previdenciário dos servidores ativos, através da contratação de empresa especializada pelo Município. Com relação ao impacto orçamentário da instituição da alíquota previdenciária suplementar proposta, acrescentaria um custo/ano de R\$ 99.279,52 (noventa e nove mil, duzentos e setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), e representará 2,49% (dois vírgula quarenta e nove por cento) de aumento estimativo no valor do Plano de Aporte já existente, sendo necessário um remanejamento orçamentário com instituição de medidas compensatórias. Foi apresentado o Projeto da minuta de lei, elaborado pelo procurador do IPREVI – Filipo Massaruto, assim como exposição de motivos. Após a apresentação os membros deliberaram pela aprovação da avaliação actuarial e o projeto de lei instituindo a alíquota previdenciária suplementar. Abrindo a pauta com o Demonstrativo dos Recursos aplicados pelo IPREVI, competência – Abril/2021, após uma breve fala acerca do cenário político financeiro e seus impactos sob o mercado, foi apresentado o valor global fechado de R\$ 159.194.163,60 (cento e cinquenta e nove milhões, cento e noventa e quatro mil, cento e sessenta e três reais e sessenta centavos), resultado de uma rentabilidade positiva de R\$ 2.016.137,87 (dois milhões, dezesseis mil, cento e trinta e sete

reais e oitenta e sete centavos). Logo, até o fechamento de abril, o IPREVI obteve um retorno acumulado no exercício de R\$ 150.361,39 (cento e cinquenta mil, trezentos e sessenta e um reais e trinta e nove centavos). Dando prosseguimento à pauta, foi apresentado o Relatório Mensal da Empresa Crédito e Mercado Consultoria em Investimentos, mês de Abril/2021, foi verificado que o retorno no mês foi de 1,28% (um vírgula vinte e oito por cento) face a uma meta para o mês de 0,75% (zero vírgula setenta e cinco por cento), havendo, portanto, um GAP acumulado de 1,27% (um vírgula vinte e sete por cento). Quanto aos recursos financeiros, 59,98% (cinquenta e nove vírgula noventa e oito por cento) foram alocados em fundos de renda fixa, 36,99% (trinta e seis vírgula noventa e nove por cento) em fundos de renda variável, 3,04% (três vírgula zero quatro por cento) em ativos do exterior e 0,00% (zero por cento) em DAV, totalizando R\$ 163.299.355,61 (cento e sessenta e três milhões, duzentos e noventa e nove mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavo). Foi realizada a apresentação do relatório dos gastos taxa de administração para o exercício de 2021 é R\$ 1.611.060,59 (um milhão, seiscentos e onze mil e sessenta reais e cinquenta e nove centavos), foi utilizado até o mês de abril: R\$ 432.499,90 (quatrocentos e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais e noventa centavos), representando um gasto de 26,84% (vinte e seis vírgula oitenta e quatro) permanecendo saldo remanescente de R\$ 1.178.560,66 (um milhão, cento e setenta e oito mil, quinhentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos). Prosseguiu-se então para o Relatório Simplificado de Gestão Abril/2021, com as seguintes informações: Aposentadoria: 261; Pensão por Morte: 107. Benefícios custeados pelo IPREVI: Aposentadoria – Valor: R\$ 363.568,14 (trezentos e sessenta e três mil, quinhentos e sessenta e oito reais e quatorze centavos); Pensão por Morte – Valor: R\$ 112.945,92 (cento e doze mil, novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Total de Benefícios Pagos pelo IPREVI: R\$ 476.514,06 (quatrocentos e setenta e seis mil, quinhentos e quatorze reais e seis centavos). Por parte da PMI foram pagos: Aposentadoria – Valor: R\$ 48.411,10 (quarenta e oito mil, quatrocentos e onze reais e dez centavos). Pensão por Morte – Valor: R\$ 32.607,12 (trinta e dois mil, seiscentos e sete reais e doze centavos). Total de Benefícios Pagos pela PMI: R\$ 81.018,22 (oitenta e um mil, dezoito reais e vinte e dois centavos). Total Geral:



R\$ 557.532,28 (quinhentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos) e 368 beneficiários. Após, por meio do Relatório de Evolução dos Benefícios Concedidos e Quadro de Pessoal, verificou-se que na competência de abril de 2021, a Instituição fez a gestão de 261 aposentadorias, 107 pensões por morte, 11 servidores concursados e 3 servidoras designadas para Diretoria. Em seguida, foi apresentado o Relatório Mensal do Controle Interno referentes aos resultados do exercício de 2021. Nesse sentido, foi apresentado especificamente os dados relativos ao mês de abril, no qual a aposentadoria por idade permanece sendo a categoria que concentra maior número de beneficiários, com 162 (cento e sessenta e dois) aposentados, tendo havido dois novos benefícios concedidos na categoria durante o referido mês. Em seguida está à categoria de aposentadoria por incapacidade permanente, com 49 (quarenta e nove) aposentados, aposentadoria por tempo de contribuição, com 37 (trinta e sete) aposentadorias na categoria. Quanto aos processos abertos durante a competência, foram abertos: cinco de aposentadoria, nenhum de pensão por morte, dois de certidão de tempo de contribuição e seis administrativos, totalizando a abertura de treze processos na Autarquia durante o mês de abril. No tocante aos recadastramentos, foram recadastrados 23 dos 23 beneficiários relativos ao mês de abril, 100% dos beneficiários foram recadastrados através do atendimento on-line. Em seguida, foi abordado o andamento dos pagamentos por parte do ente federativo relativos aos Acordos de Parcelamento e do Plano de Amortização do Déficit Atuarial firmados, existindo ainda um saldo a pagar de R\$ 20.666.157,63 (vinte milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, cento e cinquenta e sete reais e sessenta e três centavos) face ao valor consolidado total de R\$ 28.874.241,95 (vinte e oito milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, duzentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) dos acordos 1961/2017, 1962/2017, 1963/2017, 1964/2017 e 080/2018, tendo sido adimplido, portanto, R\$ 8.208.084,32 (oito milhões, duzentos e oito mil e oitenta e quatro reais e trinta e dois centavos) dos acordos firmados. Quanto ao Plano de Amortização do Déficit Atuarial, há o valor a pagar de R\$ 49.308.927,19 (quarenta e nove milhões, trezentos e oito mil, novecentos e vinte e sete reais e dezenove centavos) face ao valor consolidado de R\$ 61.228.650,77 (sessenta e um milhões, duzentos e vinte e oito mil, seiscentos e cinquenta reais e

acam

setenta e sete centavos), tendo sido adimplido, portanto, o montante de R\$ 11.919.723,58 (onze milhões, novecentos e dezenove mil, setecentos e vinte e três reais e cinquenta e oito centavos). Logo após, a Diretora Presidente exibiu o Balancete do mês de Abril/2021, no qual se demonstrou que as receitas e despesas fecharam em R\$ 164.226.305,44 (cento e sessenta e quatro milhões, duzentos e vinte e seis mil, trezentos e cinco reais e quarenta e quatro centavos). O balancete foi aprovado pelos conselheiros, deliberando sua aprovação, conforme o Capítulo IV, 1, 1.1, II, b) da Lei nº 863/2017. A Diretora Presidente realizou a apresentação da prévia da pesquisa de satisfação, e solicitou a participação dos conselheiros na pesquisa, assim como sua divulgação junto aos servidores ativos e inativos, pois é importante mostrar o trabalho desenvolvido, mostrar credibilidade, dar visibilidade e os resultados da pesquisa ainda será utilizada como ferramenta de gestão. Foi solicitado pelos conselheiros que as matérias divulgadas nas redes sociais, seja também encaminhada ao grupo dos conselheiros via whatsapp para otimizar a divulgação das notícias. Diante disso, foi sugerido pelos conselheiros a elaboração de um relatório contendo os indicadores de sucessos do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Itatiaia, para divulgação dos trabalhos realizados pela Autarquia. A proposta foi levada a votação, sendo aprovada pelos conselheiros presentes. Outro ponto mencionado, o relatório da Compensação Previdenciária, foi informado que os processos com compensação a pagar são: 04 (quatro); processos com compensação a receber: 06 (seis). Processos com requerimentos enviados para análise: 43 (quarenta e três). Foi esclarecido que houve uma mudança na normativa do COMPREV. Em dezembro de 2020, o mesmo foi reformulado, e desde então vem apresentando inconsistências nos valores, no entanto, estamos aguardando uma posição da Secretaria de Previdência, pois não é uma situação de Itatiaia e sim nacional. Ana Paula Pires é a servidora que cuida do COMPREV no setor de Benefícios, e foi delegado para que outro servidor também aprenda a operacionalizar o sistema, a fim de democratizar o conhecimento. Como última pauta, foi apresentada a minuta das estruturas de programas e ações do Plano Plurianual de 2022/2025, que foi submetido à apreciação dos conselheiros. Os relatórios foram analisados e após considerações as ações propostas foram aprovadas. A Diretora Presidente



comunicou acerca do processo de construção da sede da Instituição, e que está aguardando o modelo de projeto básico, que será encaminhado pela Secretaria de Planejamento, para a elaboração do edital para contratação de uma empresa para a criação do projeto de bombeiros, vigilância e cabeamento estruturado. Por fim, todos os conselheiros titulares deste Conselho Fiscal manifestaram-se favoravelmente pela conformidade do parecer da 5ª Reunião Ordinária. Nada mais havendo a ser tratado no dia, a Sra. Alessandra Arantes Marques deu por encerrada a reunião. Lavrada a presente ata e achada exata, a mesma vai assinada pelos conselheiros titulares presentes.

*Renata Mendes - Jun 10 de 18, Anderson C. Rocha de S.,
Andrea da Silva Lima, Alessandra
Arantes Marques, Data 10 de Junho de 2018.*